



Eixo Temático

3. Educação no Campo, Marxismo, Trabalho e Formação Humana

Título

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E DO EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN) – A QUESTÃO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO E TRABALHO PRODUTIVO

Palavras-chave

Educação Democrática; Educação e Trabalho, Educação e Movimentos Sociais; MST e EZLN

Resumo

Esta pesquisa, documental e bibliográfica, investiga os projetos educativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), com vistas a identificar e cotejar os principais princípios educativos que embasam suas propostas teórico-práticas. Os principais princípios evidenciados são: a) elaboração e implementação de um projeto próprio de educação; b) crítica e/ou negação do ensino oficial estatal; c) implementação da gestão democrática nas escolas; d) formação dos próprios educadores; e) articulação entre ensino e trabalho produtivo. Esses princípios contribuem para a constituição e a veiculação de uma concepção de mundo concernente a cada Movimento e à classe trabalhadora. A hipótese é de que os princípios enunciados embasam os projetos educativos do MST e do EZLN e são transcendentais e comuns a movimentos sociais das classes trabalhadoras. O princípio da articulação entre educação e trabalho é estratégico para o projeto político-econômico desses Movimentos, pois está relacionado com a possibilidade de avanços no processo da organização do trabalho associado no campo e de integração das dimensões política, econômica e cultural.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Texto Completo

Esta pesquisa, documental e bibliográfica, investiga os principais princípios¹ teórico-práticos educacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) do México, com vistas a identificar e cotejar os princípios que embasam as ações teórico-práticas educacionais desses Movimentos.

Esta pesquisa está integrada a projeto mais amplo denominado *Movimentos sociais e educação democrática: antecedentes da pedagogia do trabalho associado* (DAL RI, 2012), que propõe um estudo de movimentos de trabalhadores do século XIX, tais como o cartismo britânico, anarquismo, socialismo utópico e marxismo, realizando um cotejamento com movimentos sociais atuais, como o MST e o EZLN, com o objetivo de verificar a existência de proposições comuns e transcendentais nas propostas educacionais desses Movimentos.

O problema de pesquisa sintetiza-se na seguinte questão: há princípios educativos comuns ou gerais entre as proposições educacionais e suas aplicações ou experiências realizadas nas escolas do MST e do EZLN?

Trabalha-se com a hipótese de que esses Movimentos têm princípios *educativos* comuns. Esses princípios são: a) elaboração e implementação de um projeto próprio de educação conforme as ideologias e as concepções de mundo dos respectivos Movimentos; b) a crítica e/ou negação do ensino oficial estatal; c) implementação da gestão democrática nas associações e escolas dos Movimentos; d) ações visando formar os próprios educadores em consonância com a concepção de mundo e de educação dos respectivos Movimentos; e) articulação entre ensino e trabalho produtivo. Esses princípios contribuiriam para a constituição e a veiculação de uma concepção de mundo concernente a cada Movimento e à classe trabalhadora.

¹ Ainda que sejam denominados de princípios educativos, esclarece-se que os itens trabalhados foram estabelecidos para fins deste projeto de pesquisa, ou seja, determinados a partir da análise inicial efetuada por Dal Ri (2012; 2013). Isso não significa que esses mesmos itens apareçam nos textos dos Movimentos analisados como princípios, embora possam também ser denominados assim por eles. Não significa também que as categorias utilizadas para nomeação de cada princípio constem nos documentos analisados, nem mesmo que tais categorias tenham uma compreensão unívoca entre todos os Movimentos, não podendo, portanto, serem tomadas nas acepções correntes e atuais, dadas principalmente as especificidades político-ideológicas de cada Movimento.



A relevância desta pesquisa deve-se ao fato de abordar movimentos sociais: a) em atuação; b) que envolvem amplos contingentes de trabalhadores de dois dos principais países da América Latina; c) com diferentes perspectivas político-ideológicas, cujo enquadramento numa ou noutra tendência político-ideológica não é consensual em pesquisas acadêmico-científicas analisadas; d) com diferentes composições, em termos étnico-culturais; e) que são considerados entre os de maior expressividade na América Latina.

Dal Ri e Vieitez (2008, p. 28) ressaltam ainda que “[...] a práxis educacional [...] do MST é diferenciada tanto em relação à escola oficial quanto em relação a outras proposições críticas existentes”, o que torna significativa e pertinente a pesquisa da experiência educativa deste Movimento, “[...] dada a sua originalidade e possíveis virtualidades teóricas e práticas”. Dados apresentados por Mendes (2009) e Monteiro (2009) também indicam algo análogo em relação à práxis educacional do EZLN.

Os dados resultantes desta pesquisa, concomitantemente aos de outras pesquisas vinculadas ao projeto amplo, poderão oferecer subsídios para análises quanto à pertinência ou exequibilidade de determinadas proposições e experiências educativas empreendidas no decorrer da história por movimentos sociais de trabalhadores. Podem também oferecer subsídios para formulações ou avaliações de políticas educacionais pretéritas, atuais ou vindouras.

Notas sobre o projeto educativo do MST

Fundado oficialmente em 1984, o MST tem como objetivo principal a organização dos trabalhadores na luta em prol da reforma agrária no Brasil. No entanto, o Movimento é decorrência de um processo de gestação que contou com o aporte de movimentos e lutas anteriores. Naquele ano, em um encontro nacional realizado no Município de Cascavel, Estado do Paraná, trabalhadores rurais envolvidos no processo de luta pela democratização da terra e da sociedade “[...] decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.” (MST, 2010, p. 9).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



A educação é considerada pelo MST uma atividade estratégica e tão importante quanto a conquista da terra (CALDART, 1997; STEDILE; FERNANDES, 2001). “A democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a reforma agrária no processo de consolidação da democracia. [...] o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis [...]” (MST, 2010, p. 23).

O MST possui um projeto próprio de educação e de pedagogia, em consonância com sua concepção de mundo, crítica ao modo de produção capitalista, e que tem por base a democracia, a cooperação, a solidariedade e a posse coletiva dos meios de produção, em especial da terra (CALDART, 1997; STEDILE; FERNANDES, 2001). “Consideramos a educação uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito da formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores.” (MST, 1996, p. 8).

Ainda que atribua significativa importância à escola estatal, o MST nega dialeticamente o ensino propiciado pelo Estado às classes trabalhadoras, dados o modo de organização e funcionamento e também a ideologia difundida pela escola estatal (DAL RI; VIEITEZ, 2008). Assim, o MST cria um projeto próprio de educação apontando que “[...] acreditamos que é a educação *do* movimento [...] que pode melhor dar conta das suas demandas de formação [...]” (MST, 1996, p. 6, grifos do autor). “*A escola que cabe na pedagogia do MST é aquela que não cabe nela mesma, exatamente porque assume o vínculo com o movimento educativo da vida, em movimento.*” (MST, 2001, p. 24, grifos do autor).

A gestão democrática é um dos princípios mais importantes do MST, especialmente na educação, em todos os níveis e modalidades, sendo as escolas “[...] geridas pelos próprios alunos [...]” (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p. 28). “Considerar a democracia um princípio pedagógico significa dizer que [...] os educandos [...] precisam também, e principalmente, vivenciar um espaço de participação democrática, educando-se pela e para a democracia social.” (MST, 1996, p. 19).

A formação dos próprios educadores é outro princípio crucial para o MST, que tem uma frente de trabalho específica para isso, pois, “[...] à medida que o próprio MST faz/gere o seu curso de Magistério, ali estará encarnada a sua dinâmica, o seu processo



histórico” (CALDART, 1997, p. 140). Assim, “Ser educador é conseguir apreender a dimensão educativa das ações do Movimento, fazendo delas um espelho para nossas práticas de educação” (MST, 2001, p. 33). Como o Movimento ressalta, “*O MST é o grande educador dos Sem Terra*” (MST, 2001, p. 19, grifos do autor).

A articulação entre ensino e trabalho produtivo também é um princípio elementar do projeto educativo do MST (CALDART, 1997; DAL RI; VIEITEZ, 2008). O MST estabelece “[...] uma intrínseca relação entre educação e trabalho [...] priorizando um envolvimento direto do educando com seus estudos e a realidade da qual faz parte” (BAUER, 2009, p. 93). Conforme o MST (1996, p. 15) na sua proposta de educação “o trabalho tem um valor fundamental. É o trabalho que gera a riqueza; que nos identifica como classe; e que é capaz de construir novas relações sociais e também novas consciências”.

Notas sobre o projeto educativo do EZLN

O EZLN é composto majoritariamente por indígenas e camponeses de diferentes etnias, tendo como espaço territorial de atuação municípios autônomos rebeldes zapatistas (Marez) no Estado de Chiapas, México, e como principal referência Emiliano Zapata, uma das principais lideranças da Revolução Mexicana de 1910 (HILSENBECK FILHO, 2007; MENEZES NETO, 2013).

Ainda que seu processo de gestação remonte à década de 1980, o Movimento tornou-se ampla e internacionalmente conhecido em 1994, quando os zapatistas realizaram um levante, entrando em conflito com forças armadas mexicanas, grupos paramilitares, entre outros (HILSENBECK FILHO, 2007; MENEZES NETO, 2013).

Nosotros somos los zapatistas del EZLN, aunque también nos dicen ‘neo zapatistas’. Bueno, pues nosotros los zapatistas del EZLN nos levantamos en armas en enero de 1994 porque vimos que ya está bueno de tantas maldades que hacen los poderosos, que sólo nos humillan, nos roban, nos encarcelan y nos matan, y nada que nadie dice ni hace nada. Por eso nosotros dijimos que ‘¡Ya Basta!’, o sea que ya no vamos a permitir que nos hacen menos y nos traten peor que como animales. Y entonces, también dijimos que queremos la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos, aunque más bien nos concentramos en los pueblos indios. Porque resulta que nosotros del EZLN somos casi todos puros indígenas de acá de

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Chiapas, pero no queremos luchar sólo por su bien de nosotros o sólo por el bien de los indígenas de Chiapas, o sólo por los pueblos indios de México, sino que queremos luchar junto con todos los que son gente humilde y simple como nosotros y que tienen gran necesidad y que sufren la explotación y los robos de los ricos y sus malos gobiernos aquí en nuestro México y en otros países del mundo. (EZLN, 2005, p. 1-2)

Os Marez estão entre os principais desdobramentos desse levante (HILSENBECK FILHO, 2007; MENEZES NETO, 2013).

Bueno, pues empezamos entonces a echarle ganas a los municipios autónomos rebeldes zapatistas, que es como se organizaron los pueblos para gobernar y gobernarse, para hacerlos más fuertes. Este modo de gobierno autónomo no es inventado así nomás por el EZLN, sino que viene de varios siglos de resistencia indígena y de la propia experiencia zapatista, y es como el autogobierno de las comunidades. O sea que no es que viene alguien de afuera a gobernar, sino que los mismos pueblos deciden, de entre ellos, quién y cómo gobierna, y si no obedece pues lo quitan. O sea que si el que manda no obedece al pueblo, lo corretean, se sale de autoridad y entra otro. (EZLN, 2005, p. 5)

Os princípios móveis de luta e de reivindicações zapatistas são “[...] techo, tierra, trabajo, alimento, salud, educación, información, cultura, independencia, democracia, justicia, libertad y paz. Una nueva Constitución que reconozca los derechos y libertades del pueblo, y defienda al débil frente al poderoso.” (EZLN, 2005, p. 20).

Como decorrência, autonomia, autogestão e autodeterminação dos povos são princípios basilares dos zapatistas. Por isso a democracia direta e local é um princípio elementar deste Movimento. As pessoas que ocupam cargos de liderança ou de comando são eleitas e devem apresentar satisfações cotidianas às comunidades e podem ter seus mandatos revogados a qualquer momento, conforme as decisões dessas comunidades, o que reitera o princípio do mandar obedecendo, elementar para os zapatistas (AGUIRRE ROJAS, 2008; HEISENBECK FILHO, 2007; MENDES, 2011; MENEZES NETO, 2013; SPINELLI, 2010). Um dos principais lemas dos zapatistas é a mudança por baixo e pela esquerda, com vistas a um mundo onde caibam todos os mundos (AGUIRRE ROJAS, 2008; HILSENBECK FILHO, 2007).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Mesmo sendo composto majoritariamente por indígenas e camponeses e dando forte ênfase à questão indígena, esse Movimento, pelos móveis que adota, extrapola particularismos (ANJOS, 2013; HILSENBECK FILHO, 2007; MONTEIRO, 2011; SCHILLING; SANTOS, 2008; SPINELLI, 2010), abrangendo interesses passíveis de extensão, se não a todas as classes trabalhadoras, ao menos a parte significativa delas.

Os indicativos são de que, por possuir ideologia e concepção de mundo próprias, o EZLN depara-se com a necessidade de negar a educação estatal e de constituir o próprio projeto educacional.

Verifica-se preliminarmente no projeto zapatista a presença dos princípios educativos enunciados na hipótese desta pesquisa.

O EZLN tem um projeto próprio de educação, que é executado por intermédio de escolas próprias bilíngues primárias e secundárias. Dada a ênfase zapatista na defesa da autonomia, as escolas assumem características diferentes, conforme as necessidades e decisões das respectivas comunidades (MENDES, 2009; SANTOS, 2008; SANTOS; SCHILLING, 2008; SPINELLI, 2010).

Por ter uma concepção própria de educação, o Movimento nega incondicionalmente o ensino oficial estatal, recusando-se inclusive a receber recursos do Estado (MONTEIRO, 2011). O Estado, por sua vez, não reconhece as escolas zapatistas e, assim, não certifica seus estudantes, certificação essa que não interessa ao Movimento (MENDES, 2009; 2011; MENEZES NETO, 2013).

Nos Marez as escolas rompem com a política educacional oficial do Estado (MENEZES NETO, 2013). Essa ruptura decorre não só da negativa e do descaso do Estado, que não propicia escolas e ensino em condições adequadas às necessidades das comunidades indígenas, mas principalmente porque o ensino oficial estatal opera na lógica das classes dominantes. Além disso, esse ensino é homogeneizador, discriminatório e não respeita as diferentes etnias e culturas dos povos indígenas, a começar pela língua oficial imposta, o espanhol, desconhecida ou mesmo não utilizada por significativo percentual de povos indígenas (ANJOS, 2013; MENEZES NETO, 2013; MONTEIRO, 2011; SANTOS, 2008). O preconceito e a discriminação dos povos indígenas e de mestiços perpassam a história do México (DE FAZIO, 2007).



Uma das características elementares das escolas zapatistas é a gestão democrática. Como em outras instâncias das organizações zapatistas, prevalece o princípio do mandar obedecendo, uma práxis que se contrapõe à visão burocrática de gestão, típica das escolas estatais especialmente. As escolas zapatistas estão sob efetivo controle das respectivas comunidades onde estão instaladas, que decidem todos os assuntos atinentes à educação. As escolas trabalham na perspectiva da autogestão, sendo os assuntos decididos em assembleia pelas comunidades, responsáveis pelo autossustento das escolas, inclusive no que se refere ao provimento de educadores. Em conformidade com a concepção de mundo do EZLN, a consulta popular – com poder de deliberação em todas as instâncias, inclusive na educação – é sistemática e a política é parte integrante do cotidiano de toda a comunidade (HILSENBECK FILHO, 2007; MENDES, 2009; MENEZES NETO, 2013).

Os promotores, isto é, os educadores, das escolas zapatistas são formados pelo próprio EZLN (HILSENBECK FILHO, 2007; MENEZES NETO, 2013; MONTEIRO, 2011; SANTOS, 2008), em conformidade com a ideologia e a concepção de mundo zapatistas. Os educadores são eleitos e nomeados pelas respectivas comunidades. Embora não sejam assalariados e não desfrutem de privilégios em decorrência da função exercida, recebem algum apoio material das comunidades pelo trabalho desenvolvido. No entanto, como as demais pessoas da comunidade, não são isentos de executar trabalhos na produção. Além disso, precisam participar do governo local. Ser educador implica ensinar não apenas conteúdos escolares, mas também desenvolver a autonomia própria e dos estudantes (MENEZES NETO, 2013).

Inclusive pela forma de organização social e pelo modo de produzir típicos das culturas e etnias indígenas da região ou dos Marez, a relação entre trabalho e educação é orgânica, ou seja, faz parte do cotidiano, pois o trabalho é uma necessidade para toda a comunidade, responsável, pela produção de grande parte dos itens necessários à reprodução da vida (HILSENBECK FILHO, 2007; MENEZES NETO, 2013; MONTEIRO, 2011; SANTOS, 2008). Ressalta-se que o EZLN tece severas críticas à lógica do mercado de trabalho, bem como à educação que se submete a essa lógica (MENDES, 2011).



Assim, os zapatistas visam uma educação baseada em usos e costumes indígenas, conforme cada etnia, que atenda às necessidades das comunidades locais, que seja organicamente vinculada ao cotidiano e às lutas políticas, assim como à ideologia e à concepção de mundo zapatistas.

Notas sobre a articulação entre ensino e trabalho produtivo no MST e no EZLN

Um dos principais diferenciais do MST e do EZLN em relação à educação – em especial no que se refere à educação escolar e mais especificamente no que tange à relação entre ensino e trabalho produtivo – é o caráter indissociável entre as dimensões técnico-acadêmico-científica e político-ideológica, numa perspectiva de combate e de superação da educação e do trabalho na acepção capitalista. Ou seja, a educação visa atender tanto demandas mais mediatas, para fins de avanços em termos de implementação de seus projetos políticos e educativos, quanto necessidades mais imediatas, para fins da reprodução da vida material dos povos trabalhadores do campo, demandando, assim, adequações em termos de conteúdos e de metodologias de ensino.

Para o EZLN (1993, p. 1) “El objetivo de la producción en colectivo es satisfacer primeramente las necesidades del pueblo, formar en los beneficiados la conciencia colectiva de trabajo y beneficio y crear unidades de producción, defensa y ayuda mutua en el campo mexicano.” O EZLN (1993, p. 1) defende, ainda, que

En beneficio de los campesinos pobres, sin tierra y obreros agrícolas, además del reparto agrario que esta ley establece, se crearán centros de comercio que compren a precio justo los productos del campesino y le vendan a precios justos las mercancías que el campesino necesita para una vida digna.

A necessidade de capacitação técnica para fins mais imediatos é ressaltada pelo EZLN. Por exemplo, o Movimento requer a “Revisión del Tratado de Libre Comercio firmado con Canadá y Estados Unidos pues en su estado actual no considera a las poblaciones indígenas y las sentencia a la muerte por no tener calificación laboral alguna.” Noutras demandas também a dimensão mais imediata é manifesta: “f). - Que nos den proyectos de granjas de pollos, conejos, borregos, puercos, etcétera, y que



cuenten con asesoría técnica y médicos veterinarios.”; “j).- Que se construyan escuelas donde puedan recibir capacitación técnica las mujeres.” (EZLN, 1994, p. 1-3).

Porém, como ressaltado, a educação do EZLN é ampla e contempla as diferentes dimensões da vida humana. Esse Movimento reivindica “k).- Que haya escuelas de preescolar y maternal en las comunidades rurales, donde los niños puedan divertirse y crecer sanos moral y físicamente.” (EZLN, 1994, p. 3). O EZLN (1994, p. 2) quer, ainda,

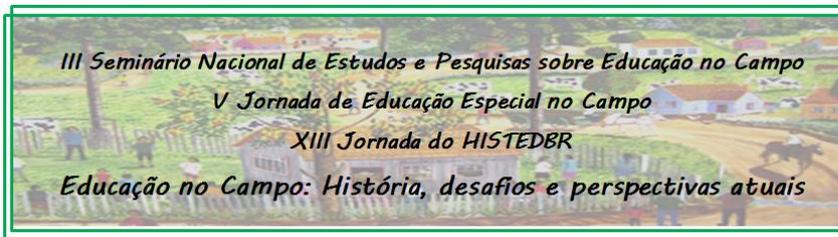
[...] que se acabe con el analfabetismo en los pueblos indígenas. Para esto necesitamos mejores escuelas de primaria y secundaria en nuestras comunidades, que cuenten con material didáctico gratuito, y maestros con preparación universitaria, que estén al servicio del pueblo, no sólo para defender los intereses de los ricos.

Para o MST (2014, p. 37) “O conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo.” Assim, o Movimento coloca entre os objetivos da sua educação:

- a) Garantir à população que vive no campo, o acesso aos bens culturais e o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis;
- b) Incentivar, promover e difundir a identidade cultural e social da população camponesa;
- c) Assegurar o acesso, a produção e controle dos mais diferentes meios de comunicação social no campo;
- d) Desenvolver a formação técnico-científica e política, de forma permanente, para todos que vivem no campo;
- e) combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, etc. (MST, 2014, p. 37)

No entendimento do MST a educação tem que ser prática, porém, sem desprezar a dimensão teórica, pois, “Faz parte do processo educativo o envolvimento do educando na produção [...]” (MST, 1999, p. 47).

Para fins de articulação entre ensino e trabalho produtivo, entre as atividades a serem desenvolvidas na área da escola estão, por exemplo, a contribuição no refeitório para servir a merenda, a limpeza, a arrumação ou o embelezamento dos diversos



ambientes internos ou externos à escola, tais como sala de aula, corredores, pátios, banheiros, jardins (MST, 1999).

Pode haver, ainda, unidades de produção, que podem contribuir tanto para os próprios educandos, quanto para as comunidades, e incluem jardins, viveiros, hortos medicinais ou de temperos, criação de pequenos animais, lavoura, área administrativa, marcenaria, serralheria, ferraria, gráfica, artesanato, entre outros, e podem ser para autossustento, comercialização ou para observações e estudos científicos (MST, 1999).

A vinculação entre ensino e trabalho produtivo ocorre de formas variadas, conforme a idade, o nível ou a modalidade, como, por exemplo, se formal ou não formal, se Educação Infantil, Fundamental, Nível Médio ou Superior, se na modalidade técnica, cooperativa, se oficina, ensino, capacitação, entre outras especificidades do processo educativo do Movimento (MST, 1996).

O trabalho como princípio educativo

A questão da articulação entre ensino e trabalho produtivo é uma temática histórica e estratégica para o projeto educativo de alguns dos principais Movimentos de trabalhadores, desde o momento da Revolução Industrial. Analisando-se os projetos educativos, como, por exemplo, dos cartistas², dos owenistas³ e dos marxistas, verifica-se que essa temática esteve entre as principais preocupações desses Movimentos, que adotaram ações no sentido de promover a articulação entre ensino e trabalho produtivo (DAL RI, 2004; 2012; 2013; SILVA, 2014).

O trabalho é estratégico para fins não só de produção das condições materiais de vida, mas também para fins político-ideológicos, como o cultivo da identidade de classe, numa perspectiva que aponte no sentido da superação de hierarquias sociais verticais, como, por exemplo, das divisões social e sexual do trabalho e da dicotomia

2 O Movimento Cartista foi organizado como forma de resistência contra a situação a que estavam expostos amplos setores das classes trabalhadoras. Esse Movimento atuou no âmbito da Grã-Bretanha, mais especificamente na Inglaterra, tendo grande expressividade nas décadas de 1830 e 1840, ficando conhecido por esse nome em decorrência da Carta do Povo, documento encaminhado pelo Movimento ao Parlamento inglês contendo várias reivindicações (SILVA, 2014).

3 O owenismo, cujo fundador e principal ideólogo/militante foi Robert Owen (1771 – 1858), tem como característica mais elementar a aposta na resolução dos problemas sociais ou transformação da sociedade por intermédio de reformas, numa perspectiva de conciliação dos conflitos entre as classes sociais (SILVA, 2014).



entre trabalhos eminentemente manuais ou intelectuais, divisões essas que têm subjacentes a polarização e a hierarquização vertical entre concepção e execução, entre comandantes e comandados.

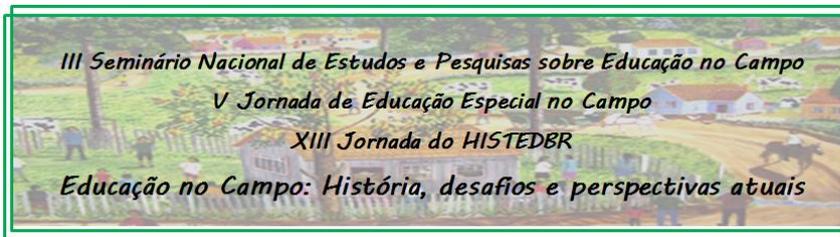
Assim, partindo do que apontam, por exemplo, Caldart (2013) e Dal Ri e Vieitez (2008), considera-se que esses Movimentos colocam em prática, tanto pelo currículo formal quanto pelo currículo oculto, uma concepção de educação e de trabalho emancipadora, numa perspectiva do trabalho associado. Nessa perspectiva, o trabalho é um princípio educativo.

Para a concepção contra-hegemônica, o trabalho é um princípio educativo, no sentido de proporcionar aos sujeitos uma formação integral. Essa formação integral significa elevar os sujeitos da condição de executores à de dirigentes, ou seja, num processo de integração entre as funções manuais, técnicas e de direção ou intelectuais. (DAL RI; VIEITEZ, 2009, p. 301)

As concepções de educação do MST e do EZLN são amplas, envolvendo política, economia e cultura; abrangem os conhecimentos técnico-acadêmico-científicos e problematizam, em perspectivas das classes trabalhadoras, todos os aspectos da produção, da circulação e do consumo, inclusive no que se refere aos aspectos técnicos ou tecnológicos. Porém, esses aspectos devem, necessariamente, estar articulados com os objetivos desses Movimentos.

Para implementação de seus projetos políticos e educativos, MST e EZLN demandam educação escolar e conhecimentos técnico-acadêmico-científicos condizentes, não só em termos de conteúdos, mas também em termos de metodologia de ensino.

Mais especificamente em relação ao MST, considera-se que esse Movimento concebe e implementa medidas que, não sem contradições, contribuem, em alguma medida, para um processo que aponta no sentido de superação da histórica lacuna entre teoria e prática, especialmente no que se refere à relação entre ensino e trabalho produtivo. Além disso, a concepção de educação *omnilateral* do Movimento avança, em alguma medida, no sentido da superação da prática que historicamente orientou políticas educacionais brasileiras destinadas ao campo, que, como aponta Moraes (2014), tinham



como objetivo propiciar uma educação unicamente das primeiras letras, eminentemente sanitarista e urbanocêntrica aos povos trabalhadores do campo; tratava-se de uma educação escolar restrita e em conformidade com o trabalho executado e com a expectativa que se tinha da ampla maioria dos trabalhadores rurais, ou seja, um trabalho eminentemente manual. Era⁴, portanto, uma educação concebida e executada na perspectiva do capital.

Aliás, partindo do que apontam, entre outros autores, Basbaum (1982), Engels (2008), Marx (1984), Ponce (1981) e Souza (2009), a educação escolar propiciada pelo Estado ou por organizações das classes dominantes, em diferentes momentos históricos e localidades, à maioria das classes trabalhadoras, responsáveis pela execução de trabalhos eminentemente manuais, foi, historicamente, precária, unilateral e comumente reduzida aos rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo.

Além disso, a rigor, o currículo oficial é pautado mais pela ideologia dominante que por elementos dos conhecimentos técnico-acadêmico-científicos. Aliás, esta é uma questão posta, desde o século XIX, por alguns dos principais Movimentos de trabalhadores, que recusavam o Estado ou outras organizações das classes dominantes como educadores das classes trabalhadoras (DAL RI, 2004; 2012; 2013; SILVA, 2014).

Para Dal Ri e Vieitez (2009, p. 300),

A democratização radical das relações de produção, que de fato implica a emergência do socialismo, significa a liquidação das relações hierárquicas que, sob a hegemonia do capital, dominam todas as atividades humanas, e sua substituição por relações democráticas. *In extremis*, isto significa a liquidação da produção fetichista de mercadorias e do Estado, e sua substituição por uma universal associação dos produtores associados.

4 Com a forte mobilização e atuação, nessas últimas décadas, de movimentos sociais ligados a povos trabalhadores do campo, entre eles o MST, essa situação alterou-se significativamente, passando a Educação do Campo a ser uma modalidade da educação escolar. Com isso, esses Movimentos conseguiram, em alguma medida, influenciar na formulação e na execução de políticas educacionais dessa modalidade de educação. Porém, ressalta-se que ainda que a Educação do Campo represente significativos avanços em termos de políticas educacionais e de participação de movimentos sociais e outras organizações dos povos trabalhadores do campo; ainda que o MST tenha sido e continue a ser importante protagonista na luta por essa política, observa-se que mesmo havendo pontos de aproximação, a proposta educacional do MST é mais ampla e mais complexa do que a Educação do Campo. Porém, esta é uma temática ainda a ser desenvolvida e cujo aprofundamento é inviável neste texto.



Dal Ri e Vieitez (2009, p. 236) entendem que,

Em síntese, algo que se depreende da experiência histórica dos movimentos de emancipação e da própria experiência legada pelo socialismo histórico parece ser que o socialismo pode até se instaurar sem o exercício democrático radical e, particularmente, sem que os trabalhadores assumam o controle democrático substantivo sobre sua atividade encetando a (des)alienação do trabalho. No entanto, e quaisquer que sejam as dificuldades, sem a instauração do poder imediato dos trabalhadores, dos verdadeiros produtores, sem que este poder seja constituído democraticamente, o socialismo não se consubstanciará plenamente e dificilmente poderá manter-se e prosperar no longo curso da história.

Assim, o princípio do vínculo entre ensino e trabalho produtivo associado ao princípio da gestão democrática amplia o potencial emancipatório dos projetos políticos e educativos desses Movimentos.

Considerações finais

Ações teórico-práticas com vistas a promover a articulação entre o ensino e trabalho produtivo é uma questão histórica entre movimentos sociais de trabalhadores, como, por exemplo, cartistas, owenistas e marxistas, que, já no século XIX, colocavam esta temática em destaque, inclusive no que se refere à necessidade do conhecimento e do trabalho socialmente úteis.

A partir dos dados levantados até então considera-se que, mesmo que com diferenças teórico-práticas entre os Movimentos, há, em termos de princípios, diversos pontos significativos de aproximação entre o MST e o EZLN, em especial no que se refere à relação entre educação e trabalho. Considera-se, ainda, a existência de pontos de aproximação também em relação aos demais princípios elencados na hipótese e que deverão ser aprofundados no decorrer da pesquisa.

A concepção de educação e de trabalho difundida pelo currículo oficial estatal é pautada pela ideologia dominante, enquanto as concepções de educação e de trabalho desses Movimentos são críticas ao modo de produção capitalista, em especial ao agronegócio.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



No entendimento desta pesquisa, esses Movimentos operam em perspectivas que tendem a se aproximar da concepção de trabalho associado, com potencial de contribuição para o processo de desalienação do trabalho e da educação, por conseguinte, de emancipação das classes trabalhadoras, pois o trabalho é um princípio educativo.

Os indicativos são de que, para que esses Movimentos possam dar continuidade a esse processo, fazem-se necessárias medidas para implementação ou para avanços no que se refere à conquista da hegemonia, inclusive na formação dos próprios educadores, até porque deter a hegemonia sobre os processos de educação e de trabalho é um quesito fundamental para que possam levar adiante seus projetos políticos e educativos.

A relação entre ensino e trabalho produtivo é um princípio elementar, pois educação e trabalho são instâncias-chave para avanços no processo de conquista da autonomia das diversas instâncias da vida, tanto na dimensão material quanto na simbólica.

Assim, ao mesmo tempo que está voltada para a reprodução imediata da vida material, a educação desses Movimentos não assume um caráter enciclopédico nem uma abordagem funcionalista com vistas à formação para a cidadania liberal, mas visa à instrumentalização de seus membros para as lutas, visando à emancipação das classes trabalhadoras e transformações estruturais na sociedade, principalmente no que se refere às questões do poder popular, do trabalho, da terra, entre outras demandas.

Esses Movimentos propiciam importantes contribuições teórico-práticas para outras organizações das classes trabalhadoras que se propõem a conceber ou a executar uma educação ou outros projetos com vistas à superação do sistema do capital. Por outro lado, eles propiciam dados que permitem também inferências acerca das contradições e dos limites das suas ações para a consecução desse processo de superação.

Referências

AGUIRRE ROJAS, C. A. *Mandar obedecendo: las lecciones políticas del neozapatismo mexicano*. México, DF: Contrahistorias, 2008.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



ANJOS, D. M. P. Pequena crítica contra um grande prejuízo: totalidade e classe social contra o reducionismo cultural nas análises do EZLN. *Aurora*, Marília, v. 7, p. 103-114, 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewArticle/3416>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

BAUER, C. *Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica*. São Paulo: Pulsar; Xamã, 2009.

BASBAUM, L. *Alienação e humanismo*. 5. ed. São Paulo: Global, 1982.

BEVILAQUA, A. P. *A crise do capital em Marx e suas implicações nos paradigmas da educação: contribuição ao repensar pedagógico do século XXI*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2011.

CALDART, R. S. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, GT TRABALHO E EDUCAÇÃO, 36., 2013, Goiânia. *Anais...* Goiânia, 2013.

_____. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DAL RI, N. M. *Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2004. 315 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/livre-docencia/2004/dalri_nm_ld_mar.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Movimentos sociais e educação democrática: antecedentes da pedagogia do trabalho associado. In: ELISALDE, R.; DAL RI, N. M.; AMPUDIA, M.; FALERO, A., PEREYRA, K. (Orgs.). *Movimientos sociales, educación popular y trabajo autogestionado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Buenos Libros, 2013, v. 1, p. 97-132.

_____. Movimentos sociais e educação democrática: antecedentes da pedagogia do trabalho associado. *Projeto de Pesquisa*. Marília, 2012.

_____; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

_____; _____. Trabalho como princípio educativo e práxis político-pedagógica. In: MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P.; MILLER, S. (Orgs.). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Araraquara: Junqueira & Marin; Marília: Cultura Acadêmica, 2009. p. 253-305.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



DE FAZIO, A. H. P. Emiliano Zapata: Representações no cinema e na fotografia. In: SEMANA DE HISTÓRIA: PENSANDO O BRASIL NO CENTENÁRIO DE CAIO PRADO JR., 24., 2007, Assis. *Anais...* Assis, 2007. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/SemanadeHistoria/andrea.PDF>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN). *Sexta Declaración de la Selva Lacandona*. México, 2005. Disponível em: <<http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=64&cat=10>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

_____. *Ley Agraria Revolucionaria*. México, 1993. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-agraria-revolucionaria/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. *Al pueblo de México: las demandas del EZLN*. México, 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/01/al-pueblo-de-mexico-las-demandas-del-ezln/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

HILSENBECK FILHO, A. M. *Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. Marília, 2007. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Marília.

MARTINS, F. J. *Gestão democrática e ocupação da escola: o MST e a educação*. Porto Alegre: EST, 2004.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, v. 1.

MENDES, C. F. *Pra Soletrar a Liberdade: as propostas educacionais dos zapatistas no México e dos sem-terra no Brasil na década de 90*. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/cleciomendes.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. Os Zapatistas e o Estado: um diálogo truncado e a busca por uma educação autônoma. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E MÍDIA, 2., 2011, Jataí. *Anais...*, Jataí, 2011. Disponível em: <<http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/104.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

MENEZES NETO, A. J. O zapatismo e a educação: o marxismo e o indigenismo na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2013:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



MARX HOJE, 130 ANOS DEPOIS, 2013, Niterói. *Anais...*, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2013/Trabalhos/Amc253.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

MONTEIRO, E. B. Considerações sobre o Zapatismo enquanto movimento social e as ideias de autonomia e democracia a partir de uma breve experiência etnográfica. *Cadernos do LEME*, Campo Grande, p. 56-69, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/view/32>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

MORAES, A. I. D. *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como fazemos a escola de educação fundamental. *Caderno de Educação*. MST, s. 1., n. 9, 1999.

_____. *MST – Lutas e conquistas*. São Paulo: MST, 2010.

_____. Pedagogia do Movimento Sem Terra – Acompanhamento às escolas. *Boletim da Educação*. Porto Alegre, n. 8, jun., 2001.

_____. *Princípios da educação no MST*. Porto Alegre: MST, 1996.

_____. *Programa Agrário do MST*. VI Congresso Nacional do MST. São Paulo, 2014.

PONCE, A. *Educação e luta de classes*. 2. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1981.

SANTOS, J. S. *O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença*. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/.../Juliana_da_Silva_Santos.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2014.

SCHILLING, F. I.; SANTOS, J. S. Direitos Humanos, igualdade e diferença: as tensões em torno das relações de gênero no Movimento Zapatista. *Org & Demo*, Marília, v. 9, p. 75-94, 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/53/234>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SILVA, C. R. *Educação e trabalho em movimentos sociais: princípios educativos transcendentais e comuns ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aos Socialistas Utópicos Owenistas e aos Cartistas Britânicos*. Marília, 2014. 202 f.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília.

SOUZA, R. F. *Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SPINELLI, L. G. Zapatismo, autonomia e territorialidade da luta social. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010, Londrina. *Anais...*, Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/16_lucasspinelli.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação*. Araraquara: Junqueira & Marin; Marília: Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia, 2009.